

Aula 18
Revolução Inglesa



Professor: Eduardo Leite

Antecedentes

Após a Guerra das Duas Rosas, conflito ocorrido entre 1455 e 1485, provocado por disputas pelo trono inglês entre duas poderosas famílias da nobreza, os Lancaster e os York, Henrique VIII – que tinha laços de parentesco com as duas famílias – chega ao poder, tendo recebido apoio da burguesia para conseguir a pacificação do país. Com isso, tem início a dinastia dos Tudor, com os sucessores de Henrique VIII ampliando os poderes da monarquia inglesa, construindo o absolutismo no país.

Durante a dinastia dos Tudor, havia relativa harmonia entre as elites, com a monarquia governando a Inglaterra de maneira absoluta com o apoio da burguesia e da nobreza rural – chamada de gentry. A monarquia servia, então, como garantidora dos interesses dessa elite, o que se observa em algumas medidas adotadas pelo governo da época:

- a centralização do poder político como garantia da ordem social;*
- a uniformização da moeda, do sistema de pesos e medidas e das tarifas para facilitar o comércio;*
- a permissão concedida aos piratas para atacar navios inimigos;*
- o incentivo dado à expansão marítima e comercial.*

A Igreja anglicana tinha importância nos jogos de poder do país: controlada pelo Estado – ou seja, pela monarquia – mantinha nas cerimônias a forma ritual católica (liturgia, hierarquia dos sacerdotes, etc), mas o conteúdo era de orientação calvinista. A ética religiosa calvinista era mais adequada aos valores burgueses, uma vez que estimulava o trabalho metódico, a eficiência, a poupança e a acumulação de riquezas.

A dinastia dos Tudor chegou a fim com a morte de Elizabeth I, que não tinha herdeiros diretos. Com isso, o trono inglês passou para seu primo, Jaime, rei da Escócia, que se tornou soberano dos dois países, com título de Jaime I, dando início à dinastia dos Stuart.



Início dos conflitos

A dinastia dos Stuart pretendia exercer um absolutismo de direito, reconhecido juridicamente. A burguesia e a gentry, porém, percebendo que o absolutismo se tornava prejudicial aos seus interesses, não queriam um aumento do poder do rei. A dinastia dos Stuart entrou, então, em choque com o parlamento inglês, que era dominado pelos interesses da gentry e da burguesia: o rei queria poder absoluto; a maioria dos parlamentares queria a limitação dos poderes do rei.

Essa luta pelo poder teve reflexo no campo religioso. Para conseguir apoio da nobreza católica tradicional, o rei estabeleceu uma rigorosa legislação religiosa, em que a Igreja anglicana deveria valorizar a forma litúrgica católica em detrimento do conteúdo calvinista. Isso descontentou ainda mais a burguesia, fiel aos princípios calvinistas. É daí que surgem novas seitas religiosas, como a presbiteriana. Os presbiterianos, chamados de puritanos, desejavam uma igreja desligada do poder do Estado, na qual os bispos não fossem nomeados pelo rei. Cada igreja seria dirigida por um pastor indicado pelo conselho de membros mais velhos da Igreja – os presbíteros.

Em 1628, o parlamento inglês estabeleceu, por meio da Petição de Direitos, que o rei não poderia criar impostos, convocar o exército ou mandar prender pessoas sem a prévia autorização parlamentar. No ano seguinte, o sucessor de Jaime I, Carlos I, reagiu a essa petição, fechando o parlamento e perseguindo os líderes políticos que lhe faziam oposição. Em 1640, porém, Carlos I se viu obrigado a convocar o parlamento para conseguir recursos para combater uma revolta escocesa contra seu governo. Uma vez reunidos, os parlamentares tomaram novamente uma série de medidas limitando o poder do rei, dentre elas, decretaram uma lei que proibia o monarca de dissolver o parlamento e tornava obrigatória sua convocação pelo menos uma vez a cada três anos. Isso tudo agravou o conflito entre o rei e o parlamento, desencadeando a Revolução Inglesa.



O desenrolar da Revolução

O processo revolucionário pode ser dividido em quatro etapas. Vejamos cada uma delas a seguir:

Guerra Civil (1642-1648): Irritado com a oposição parlamentar, Carlos I mandou sua guarda invadir a sede do parlamento e prender os principais líderes. Estes, como resposta, organizaram tropas para lutar contra as forças do rei.

Aliados ao rei estavam as nobrezas anglicana e católica. Do lado do parlamento estavam a burguesias, a gentry, os camponeses pobres e os pequenos e médios proprietários rurais.

As tropas do parlamento foram lideradas por Oliver Cromwell, que organizou o novo modelo de exército, cujos postos de comando eram conquistados por merecimento militar e não pela origem da família, como ocorria no exército organizado pelo rei. Isso estimulou os combates, contribuindo para o fortalecimento das tropas parlamentares.

O conflito chegou ao fim com a vitória das tropas do parlamento. O rei Carlos I foi preso e condenado à morte, tendo sido decapitado em 30 de janeiro de 1649.



Oliver Cromwell

Regime Republicano (1649-1659): Após a queda da monarquia, Oliver Cromwell instalou na Inglaterra o regime republicano, comandando o país desde 1649 até 1658. O regime ficou conhecido como protetorado. Os principais acontecimentos que marcaram o período foram:

- Formação da comunidade britânica (1651) - Inglaterra, Irlanda, Escócia e País de Gales foram unificados em uma só república, sob o comando de Cromwell.

- Decreto do Ato de Navegação (1651) - Cromwell determinou que todas as mercadorias importadas ou exportadas pela Inglaterra deveriam ser transportadas por navios ingleses. Seu objetivo era favorecer o desenvolvimento da marinha do país e dominar o transporte marítimo mundial.

- Guerra contra os holandeses (1652-1654) - Os holandeses declararam guerra contra os ingleses, pois o Ato de Navegação trouxe muitos prejuízos para os holandeses, que obtinham grande lucro com o transporte marítimo de produtos coloniais para a Inglaterra. A derrota dos holandeses elevou a Inglaterra como maior potência naval do período.

- Estabelecimento do título de Lorde Protetor (1653) - Cromwell assumiu o título de Lorde Protetor da Comunidade Britânica. Seu cargo tornou-se vitalício e hereditário.

Cromwell morreu em 1658, e seu filho, Ricardo, assumiu o poder.



Restauração monárquica (1660-1688): Ricardo não tinha a mesma habilidade política e administrativa do pai. Com apenas oito meses de governo, foi deposto pelos principais chefes militares que agiam em sintonia com o parlamento, que decidiu então restaurar a dinastia dos Stuart, convidando Carlos II a assumir o trono britânico, com a condição de que ele deveria governar sob o domínio político do parlamento.

O período de restauração se estendeu pelos reinados de Carlos II (1660-1685) e de seu irmão, Jaime II (1685-1688). Jaime II tentou reestabelecer o absolutismo e ampliar a influência do catolicismo, o que reascendeu o conflito.

Revolução Gloriosa (1688-1689): Temendo o retorno do absolutismo, o parlamento decidiu tirar Jaime II do poder. Para isso, estabeleceu um acordo com o príncipe holandês Guilherme de Orange, que era casado com Maria Stuart, filha de Jaime II, de modo que ele assumiria o trono inglês com a condição de que respeitasse os poderes do parlamento. A luta entre as tropas de Guilherme de Orange e Jaime II ficou conhecida como Revolução Gloriosa, que culminou com a derrota de Jaime II.

Com o título de Guilherme III, Orange assumiu o trono britânico, tendo de assinar a Declaração de Direitos, na qual o parlamento limitava seus poderes como monarca. O rei não poderia, por exemplo, suspender nenhuma lei nem aumentar impostos sem a aprovação do parlamento. Era a superioridade da lei sobre a vontade do rei, ou seja, o fim do absolutismo. Desde então, a Inglaterra detém a monarquia parlamentar como forma de governo.

